

NUTRIPLANT INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

C.N.P.J. 51.128.999/0001-90

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação de micronutrientes e produtos intermediários para fertilizantes.

1.1 Continuidade Operacional

A Companhia vem apresentando prejuízos contínuos ao longo dos últimos 3 (três) exercícios.

Em 29 de setembro de 2017 os administradores da Companhia aprovaram o protocolo de pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial. Em 02 de outubro de 2017 a Companhia ajuizou o pedido de Recuperação Extrajudicial (“REJ”) na Comarca de Barueri, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. Na mesma data a Companhia emitiu Fato Relevante comunicando seus acionistas e o mercado em geral sobre o pedido de homologação do plano de REJ. Houve a ratificação do plano de REJ apresentado pela Companhia em AGE realizada em 18 de outubro de 2017.

Em 19/06/2018 o juízo prorrogou o “*stay period*”, suspendendo todas as execuções relativas aos créditos sob efeitos da recuperação extrajudicial por um período adicional de 180 dias com o objetivo concluir o processo neste prazo. O prazo para impugnação dos valores dos créditos pelos credores se encerrou e a administradora judicial OnBehalf Auditores e Consultores foi chamada pelo juízo a manifestar-se sobre as impugnações de certos credores com relação aos valores relacionados no quadro geral de credores e com relação a aprovação do plano de recuperação.

No dia 01 de novembro de 2018 o plano de REJ proposto pela Companhia foi homologado, conforme decisão judicial proferida pela 5ª Vara Cível da Comarca de Barueri/SP. O plano contou com a adesão de credores que representam 66,37% dos créditos quirografários sem aval, conforme relatório juntado pela administradora judicial. No dia 05 de novembro de 2018 a Companhia emitiu Fato Relevante comunicando seus acionistas e o mercado em geral sobre a sentença de homologação do plano de REJ.

A Companhia entende que sua função social e o estímulo à atividade econômica estão preservados, e a REJ atenderá de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas, o que garantirá a segurança operacional e o compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade que sempre foi reconhecida.

Além destas ações, a Companhia continuará com a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual e, também continuará controlando os novos investimentos.

2. Elaboração e preparação das Demonstrações Financeiras

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à mensuração dos investimentos em controladas, já que no Brasil é pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria a custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de caixa e equivalentes que são mensuradas pelo valor justo através do resultado. Não houve outros resultados abrangentes no exercício divulgado, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na nota 3.3.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que passam a ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS). Não houve outros resultados abrangentes no exercício divulgado, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA). As demonstrações financeiras consolidadas incluem a empresa: Quirios Produtos Químicos Ltda. (vide nota 10).

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

c) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram devidamente aprovadas em reunião da Diretoria 18 de março de 2019.

d) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada e são apresentadas em milhares, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras vêm sendo aplicadas de modo consistente para os exercícios apresentados. A Companhia declara que suas demonstrações foram elaboradas utilizando as mesmas práticas contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Apuração do resultado – A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre essas. Os impostos sobre as vendas e descontos são reconhecidos quando há vendas faturadas. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável

de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos da transação podem ser mensurados de forma confiável e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

3.2 Transações em moeda estrangeira – São reconhecidas contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

3.3 Estimativas contábeis – Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. A Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações. Essas demonstrações incluem estimativas referentes a valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos contingentes, definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, taxas de juros para refletir o valor presente de ativos e passivos.

3.4 Instrumentos financeiros - A classificação dos ativos financeiros pode ser nas seguintes categorias: Ao valor justo pelo resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros disponíveis para venda. Para os passivos financeiros a classificação pode ser: ao valor justo por meio do resultado e mensurado pelo custo amortizado.

Valor justo pelo resultado: É classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda do curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A Companhia possui os caixas e equivalentes classificados nessa categoria.

Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia são as contas a receber de clientes.

Mensurados pelo custo amortizado: São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa – Incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa com, no máximo, 90 dias. Esses investimentos são mensurados a custo mais os rendimentos acumulados que são obtidos.

3.6 Contas a receber de clientes e perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa – As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificados no ativo circulante, caso contrário são classificadas no ativo não circulante. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. As constituições e reversões são demonstradas na rubrica outras despesas e receitas operacionais.

3.7 Estoques – São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, sendo ajustados pelo valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio.

3.8 Imobilizado - A Companhia e sua controlada adotaram em 1º de janeiro de 2009 a opção do custo atribuído ao seu ativo imobilizado. Anteriormente a esse período, o método utilizado era o de custo de aquisição. Ao adotar o custo atribuído, a Companhia efetuou o levantamento de todos os bens que ainda estão em operação, assegurando que o avaliador destacasse a vida útil remanescente e o valor residual previsto, a fim de estabelecer o valor depreciável e a nova taxa de depreciação na data de adoção inicial.

A contrapartida do ajuste foi registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, reduzido pelo Imposto de Renda diferido passivo. Nos anos subsequentes, parte do saldo dessa conta será periodicamente transferida para lucros acumulados, em montante idêntico à depreciação e às baixas referentes ao ativo imobilizado, objeto de atribuição de novo valor. Esses valores serão adicionados ao lucro líquido para fins de apuração do lucro tributável. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil econômica, conforme os laudos realizados. A média ponderada da vida útil dos ativos está demonstrada a seguir:

	Anos
Máquinas e equipamentos	Entre 2 a 23 anos
Móveis e utensílios	Entre 2 a 18 anos
Veículos	5 anos
Edifícios, construções, instalações e benfeitorias	Entre 10 a 60 anos
Outras imobilizações	Entre 1 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.9 Intangível - Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*). Os direitos de uso de *software* são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela taxa de 20% ao ano.

O valor do ágio registrado em aquisição de participação societária foi fundamentado com base na expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Esse ágio é decorrente da diferença entre o valor do patrimônio líquido contábil da empresa controlada e o valor justo devidamente avaliado através de laudo emitido por terceiros e fundamentado com base em expectativa de rentabilidade futura, apurado com base na projeção de resultados da respectiva empresa investida, utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, considerando um período projetivo de dez anos. O ágio não é amortizado pela fundamentação de vida útil infinita, sendo que, anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre esse investimento, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, principalmente o fluxo de caixa descontado das unidades de negócio da empresa investida, dos quais foi considerada a base para o ágio.

3.10 Investimentos em controlada - são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial a partir da data da aquisição do controle acionário e/ou em cuja participação a Companhia tenha influência nas decisões de sua investida. Desta forma a participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua controlada, após a aquisição, é reconhecida na demonstração do resultado tendo como contrapartida o custo do investimento. As movimentações acumuladas pós-aquisição são ajustadas contra o custo do investimento. Ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados na participação da Companhia. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido.

3.11 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) - Os testes de *impairment* sobre o ágio com vida útil econômica indefinida são anualmente testados no encerramento do exercício. Para os outros ativos não financeiros a Companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa possível para a identificação dos fluxos de caixa.

3.12 Resultado por ação - De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

A Companhia não possui instrumentos que não tenham sido incluídos no cálculo do lucro por ação por serem antidilutivos.

Lucro Básico	Controladora	
	31/12/18	31/12/17
Numerador Básico		
Resultado Líquido do exercício disponível para as ações ordinárias e preferenciais		
Resultado líquido do exercício para as ações ordinárias	(2.719)	(9.485)
Denominador Básico		
Média ponderada das ações deduzindo a média das ações em tesouraria		
Ações Ordinárias	128	128
(Prejuízo) por ação (em R\$) - Básico	(21,24)	(74,10)

Lucro Diluído	Controladora	
	31/12/18	31/12/17
Numerador Diluído		
Resultado Líquido do exercício disponível para as ações ordinárias e preferenciais		
Resultado líquido do exercício para as ações preferenciais	0	0
Mais:		
Ajuste ao resultado líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais.	0	0
Resultado líquido do exercício para as ações ordinárias	(2.719)	(9.485)
Menos:		
Ajuste ao resultado líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais.	0	0
	(2.719)	(9.485)
Denominador Diluído		
Média ponderada das ações		
Ações Ordinárias	128	128
Ações Preferenciais	0	0
(Prejuízo) por ação (em R\$) - Diluído (ações ordinárias e preferenciais)	(21,24)	(74,10)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Caixa e Bancos	2.798	2.998	2.802	3.072
Aplicações financeiras	1	348	4	351
Total	2.799	3.346	2.806	3.423

5. Contas a receber de clientes

Controladora	Circulante		Não Circulante	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Cientes nacionais	8.753	8.255	-	-
Cientes internacionais	686	593	-	-
Ajuste a valor presente	-	66	-	-
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	- 3.547	- 3.491	-	-
	5.892	5.291	-	-
Cientes relacionados com operações de vendedor e factoring	1.443	1.442	-	-
Total	7.335	6.733	-	-

Consolidado	Circulante		Não Circulante	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Cientes nacionais	9.905	9.239	-	-
Cientes internacionais	687	592	-	-
Ajuste a valor presente	-	66	-	-
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	- 4.682	- 4.627	-	-
	5.910	5.138	-	-
Cientes relacionados com operações de vendedor e factoring	1.532	1.828	-	-
Total	7.442	6.966	-	-

As movimentações das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa ocorreram da seguinte forma nas demonstrações financeiras:

<u>Movimentação da PECLD</u>	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Saldo Inicial	3.491	2.762	4.627	3.752
Constituição de perdas	113	1.075	113	1.221
Reversão	- 57	- 346	- 58	- 346
Saldo Final	3.547	3.491	4.682	4.627

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Produtos acabados	3.777	3.870	3.777	3.870
Matéria-prima	3.722	3.520	3.722	3.520
Material de embalagem	342	318	342	318
Mercadoria em poder de terceiros	48	48	269	48
Estoque em processo	265	688	265	688
Outros estoques	469	322	469	322
Ajuste ao valor realizável líquido	- 275	- 275	- 275	- 275
Total	8.348	8.491	8.569	8.491

7. Impostos a recuperar

Controladora	Circulante		Não circulante	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
IPI a recuperar	-	-	781	857
ICMS a recuperar	331	513	-	-
IRRF a recuperar	4	32	-	-
PIS a recuperar	222	77	146	139
COFINS a recuperar	1.003	340	2.813	2.653
IRPJ diferido s/prejuízo fiscal	-	-	6.424	6.424
CSLL diferido s/base negativa	-	-	2.313	2.313
IRPJ estimado	-	-	136	136
Outros Impostos	2	-	-	-
ICMS s/ativo permanente	20	20	-	-
PIS e COFINS s/ativo permanente	-	3	-	-
Total	1.582	985	12.613	12.522

Consolidado	Circulante		Não circulante	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
IPI a recuperar	-	-	781	857
ICMS a recuperar	1.171	1.295	72	83
IRRF a recuperar	1.163	884	-	-
PIS a recuperar	666	478	146	387
COFINS a recuperar	2.927	2.067	2.813	3.791
CSLL a recuperar	217	-	-	-
IRPJ estimado	-	-	136	136
IRPJ e CSLL Antecipado	-	506	-	-
IRPJ diferido s/prejuízo fiscal	-	-	8.553	8.553
CSLL diferido s/base negativa	-	-	3.079	3.079
Deposito Judicial COFINS	-	-	1.139	-
Deposito Judicial PIS	-	-	247	-
ICMS s/ativo permanente	66	66	-	-
PIS e COFINS s/ativo permanente	32	33	-	-
Total	6.242	5.329	16.966	16.886

8. Imobilizado

Controladora	31/12/18			31/12/17
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	3.466	(3.135)	331	279
Móveis e utensílios	646	(561)	85	91
Computadores e periféricos	485	(407)	78	52
Veículos	201	(201)	-	-
Benfeitoria em imóveis de 3ºs	582	(79)	503	508
Impairment	(111)	-	(111)	(111)
Total imobilizado	5.269	(4.383)	886	819

Consolidado	31/12/18			31/12/17
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	3.318	-	3.318	3.318
Construções	3.486	(1.386)	2.100	2.234
Máquinas e equipamentos	15.232	(9.944)	5.288	5.481
Móveis e utensílios	1.309	(1.024)	285	329
Computadores e periféricos	943	(824)	119	96
Veículos	206	(206)	-	-
Instalações industriais	2.398	(1.790)	608	672
Benfeitoria em imóveis de 3ºs	595	(80)	515	520
Impairment	(111)	-	(111)	(111)
Total imobilizado	27.376	(15.254)	12.122	12.539

9. Intangível

Controladora		31/12/18			31/12/17
Outros Ativos intangíveis:	Taxa Amortização	Custo original	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	20%	210	(188)	22	8
Outros	10%	9	-	9	9
Total		219	(188)	31	17

Consolidado		31/12/18			31/12/17
Outros Ativos intangíveis:	Taxa Amortização	Custo original	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	20%	630	(584)	46	34
Ágio - Nota 10		12.828	-	12.828	12.828
Outros	10%	17	-	17	15
Total		13.475	(584)	12.891	12.877

10. Investimento em Controlada

Origem:	31/12/18	31/12/17
Avaliados por equivalência patrimonial	(186)	2.508
Ágio por rentabilidade futura	12.828	12.828
Total	12.642	15.336

O ágio contábil por expectativa de rentabilidade futura foi apurado na aquisição da controlada em 30/04/2012, cujo montante foi de R\$ 12.828 mil, o qual não é amortizado, e se sujeita a teste anual de recuperabilidade em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a base sobre qual o valor recuperável tenha sido determinado é o Valor em Uso e o cálculo realizado pela administração foi baseado na projeção dos resultados para os próximos 10 anos. A projeção de crescimento foi baseada nas demonstrações contábeis encerradas nos últimos 3 anos (2016 a 2018). A receita foi projetada utilizando uma projeção de crescimento médio de 2,9% ao ano. A projeção considerou as receitas advindas das unidades de negócio que geraram o ágio. Os cálculos foram feitos por pessoa especializada da administração, de forma interna. Os impostos, custos, despesas e impostos de renda foram proporcionais ao crescimento da receita. A taxa de crescimento está de acordo com a estimativa de crescimento do setor em que a companhia atua.

A taxa de desconto utilizada pela administração foi o custo médio ponderado do capital, ou WACC de 18,44%, em 31/12/18.

Os saldos da controlada e sua movimentação estão assim demonstrados:

<u>Controlada: Quirios Produtos Químicos Ltda.</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Participação	100%	100%
Total do ativo circulante	6.072	6.191
Total do ativo não circulante	34.631	35.038
Total do passivo circulante	5.386	15.513
Total do passivo não circulante	35.503	23.208
Patrimônio líquido	-186	2.508
Receita líquida	2.619	4.498
Resultado do exercício	(2.981)	(1.950)

<u>Movimentação do Investimento</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Participação	100%	100%
Saldo inicial	15.336	12.187
Aumento de investimento	-	5.099
Equivalência patrimonial - sobre o resultado	(2.981)	(1.950)
Equivalência patrimonial - acréscimo patrimonial	287	-
Saldo final	12.642	15.336

11. Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Fornecedores nacionais	1.406	11.036	1.921	12.510
Fornecedores internacionais	2.151	10.182	2.633	15.073
Juros fornecedores nacionais	724	458	1.375	801
Juros fornecedores internacionais	778	141	1.758	317
Total circulante	5.059	21.817	7.687	28.701
Fornecedores nacionais	8.883		10.959	
Fornecedores internacionais	23.901	14.483	46.614	32.730
Juros fornecedores internacionais	3.074	1.756	5.451	2.866
Total não circulante	35.858	16.239	63.024	35.596
Total geral	40.917	39.056	70.711	64.297

12. Empréstimos e financiamentos

Controladora

Instituição financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/12/18	31/12/17
Banco Itaú	Capital de giro	Recebíveis	mai/22	244	187
Banco do Brasil - Financiamentos	Capital de giro	Recebíveis	nov/19	24	406
Banco Safra	Capital de giro	Recebíveis	out/20	179	284
Banco Banrisul	Capital de giro	Recebíveis	set/24	22	21
Banco Brasil	Vendor	Recebíveis	nov/19	1.461	1.461
Banco Santander	Capital de giro	Recebíveis	mai/20	549	275
Total circulante				2.479	2.634
Banco Banrisul	Capital de giro	Recebíveis	set/24	103	124
Banco Itaú	Capital de giro	Recebíveis	mai/22	590	656
Banco Santander	Capital de giro	Recebíveis	mai/20	229	389
Banco Safra	Capital de giro	Recebíveis	out/20	320	479
Banco do Brasil - Financiamentos	Capital de giro	Recebíveis	nov/35	382	-
Total não circulante				1.624	1.648
Total geral				4.103	4.282

Consolidado

Instituição financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/12/18	31/12/17
Banco Itaú	Capital de giro	Recebíveis/Estoques	mai/22	244	187
Banco do Brasil - Financiamentos	Capital de giro	Recebíveis	nov/19	45	761
Banco Safra	Capital de giro	Fiança Bancária	out/20	179	283
Banco Santander	Capital de giro	Aval	set/22	669	4.265
Banco Banrisul	Capital de giro	Recebíveis	set/24	109	108
BicBanco	Finep	Fiança Bancária	abr/17	670	670
Banco do Brasil	Vendor	Recebíveis	nov/19	1.471	1.629
Banco do Brasil	ACC	Aval	nov/19	94	1.353
Banco Santander	Capital de giro	Recebíveis	mai/20	550	275
Total circulante				4.031	9.531
Banco Banrisul	Capital de giro	Recebíveis	set/24	519	624
BicBanco	Finep	Fiança Bancária	abr/17	1.330	1.330
Banco Itaú	Capital de giro	Recebíveis	mai/22	590	656
Banco Santander	Capital de giro	Aval	set/22	2.835	-
Banco Santander	Capital de giro	Recebíveis	mai/20	229	389
Banco do Brasil - Financiamentos	Capital de giro	Recebíveis	nov/35	2.365	-
Banco Safra	Capital de giro	Recebíveis	out/20	320	478
Total não circulante				8.188	3.477
Total geral				12.219	13.008

As taxas dos empréstimos e financiamentos acima contratados são as utilizadas pelo mercado.

As contas caução são vinculadas aos empréstimos que são garantidos por duplicatas. O saldo corresponde aos valores recebidos de duplicatas que ainda não foram transferidos para a conta movimento.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
2019	-	427	-	1.844
2020	948	911	1.960	997
2021	613	-	1.625	-
2022 a 2035	63	310	4.603	636
Total	1.624	1.648	8.188	3.477

13. Obrigações trabalhistas, provisões e encargos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
INSS a recolher	128	112	128	112
INSS Parcelamento	-	149	-	149
FGTS a recolher	224	224	224	224
Prov. Trabalhistas (Férias)	460	396	460	396
IRRF	24	21	24	21
Remuneração administradores	1.353	1.353	1.353	1.353
Outras	20	215	20	215
Total	2.209	2.470	2.209	2.470

14. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Circulante				
ICMS - parcelamento	524	457	607	506
(-) Juros a Incurrir - ICMS	-	79	-	122
IRRF a Recolher	1	-	1	-
INSS Retido	24	-	25	-
Provisão IRPJ	95	-	95	-
Provisão CSLL	40	-	40	-
COFINS a Recolher	-	-	406	-
PIS a Recolher	-	-	88	-
Impostos Federais - Parcelamento	-	13	-	76
Parcelamento - Outros Débitos	-	12	-	12
Outros Tributos	6	32	8	529
Total Circulante	611	514	1.148	1.123

Não circulante

IRPJ Diferido s/venda do imóvel	-	656	-	656
CSLL Diferido s/venda do imóvel	-	236	-	236
ICMS - parcelamento	1.020	1.372	1.514	1.372
INSS - Parcelamento	-	1.652	-	2.229
(-) Juros a Incorrer - ICMS	- 346	- 414	- 703	- 814
Impostos Federais - Parcelamento	-	43	-	309
Parcelamento - Outros Débitos	-	71	-	71
Total não circulante	674	3.616	811	4.059
Total	1.285	4.130	1.959	5.182

15. Provisões para riscos fiscais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Natureza da contingência:				
Trabalhista	972	428	972	428
Fiscal	253	963	343	963
Cível	336	346	336	346
Total	1.561	1.737	1.651	1.737

Os processos com probabilidade de perda possível estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Contingências trabalhistas	1.192	2.183	1.192	2.183
Contingências cíveis	826	1.238	957	1.334
Contingências fiscais	38	38	38	1.330
Total	2.056	3.459	2.187	4.847

16. Encargos tributários sobre ajuste de avaliação patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
IR diferido s/o ajuste de avaliação patrimonial	8	11	1.145	1.172
CS diferido s/o ajuste de avaliação patrimonial	3	3	412	420
Total	11	14	1.557	1.592

17. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018, totalmente integralizado, é representado por 127.944 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuído:

	31/12/18	31/12/17
Controladores	95.820	97.420
Mercado	32.014	30.414
Outros	110	110
Total	127.944	127.944

18. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Receita operacional bruta de vendas				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado Interno	56.310	41.038	57.772	41.425
Mercado Externo	4.785	3.056	4.785	3.056
	61.095	44.094	62.557	44.481
Deduções de vendas				
Devoluções e descontos	- 2.417	- 439	- 3.072	- 500
Impostos sobre as vendas	- 8.295	- 6.915	- 8.454	- 6.879
	- 10.712	- 7.354	- 11.526	- 7.379
Receita operacional líquida	50.383	36.740	51.031	37.102

19. Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Despesas com pessoal	865	722	865	722
Despesas com viagens e veículos	224	198	224	198
Despesas com aluguel	406	413	413	413
Serviços prestados por terceiros	495	504	623	507
Despesas com PCLD	113	1.075	113	1.221
Comissoes	559	350	559	350
Frete	867	590	878	598
Outras despesas com vendas	687	493	720	518
Total	4.216	4.345	4.395	4.527

20. Informações por segmento

A administração da Companhia não utiliza para tomada de decisão a análise gerencial por linha de segmento. A atual gestão utiliza para avaliação do desempenho e alocação de recursos uma única linha de produtos.

21. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Despesas com pessoal	1.413	1.389	1.413	1.397
Depreciação e amortização	48	47	518	581
Despesas com impostos e taxas	177	228	193	398
Serviços prestados por terceiros	80	1.374	80	1.391
Outras despesas administrativas	1.421	499	1.469	508
Total	3.139	3.537	3.673	4.275

22. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Variações monetárias ativas	3.083	1.926	3.866	3.293
Ajuste a valor presente	66	348	66	348
Juros recebidos	227	399	318	4.057
Receitas de aplicações financeiras	-	19	-	28
Outras receitas financeiras	8	579	8	761
Total das receitas financeiras	3.384	3.271	4.258	8.487
Juros incorridos s/ empréstimos, financiamentos e fornecedores	- 2.848	- 10.598	- 5.307	- 15.746
Variações monetárias passivas	- 3.773	- 2.098	- 5.129	- 3.689
Despesas bancárias	- 98	- 104	- 134	- 139
Total das despesas financeiras	- 6.719	- 12.800	- 10.570	- 19.574
Resultado financeiro líquido	- 3.335	- 9.529	- 6.312	- 11.087

23. Partes relacionadas

Controladora	31/12/18	31/12/17
Ativo circulante		
Dividendos (a)	147	147
Cliente - Quirios Produtos Químicos Ltda. - (b)	407	-
Passivo circulante		
Fornecedores - Quirios Produtos Químicos Ltda. (b)	-	862
Fornecedores - Armazéns Gerais São Silvestre Ltda. (e)	76	65
Passivo não circulante		
Contrato de mútuo - Quirios Produtos Químicos Ltda. (c)	18.363	18.363
Resultado dos exercícios findos		
Vendas de produtos acabados - Quirios Produtos Químicos Ltda.	1.908	3.699
Consolidado	31/12/18	31/12/17
Ativo não circulante		
Controni Agropecuária S/A (d)	551	461

- (a) Dividendos a receber da controlada Quirios, subsidiária integral, decorrente do lucro de 2012, sem taxa de juros. O prazo para a realização é indeterminado.
- (b) A Companhia realizou compras de matérias-primas com a Controlada de R\$ 800 (R\$ 1.971 em dezembro de 2017 – ao preço de custo) e realizou vendas à Controlada de R\$ 1.908 mil (R\$ 3.699 mil em dezembro de 2017).
- (c) Os contratos de mútuo realizados com pessoa jurídica relacionada têm prazo indeterminado e foram atualizados pela variação do CDI + 1% a.m. até dezembro de 2017.
- (d) Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a sociedade controlada Quirios Produtos Químicos Ltda. e a Controni Agropecuária e Participações Ltda. anteriormente à incorporação de ações em abril de 2012. O valor registrado no grupo ativo não circulante representava, na data da incorporação, aluguéis pagos antecipadamente pela Quirios para a Controni. Os valores antecipados foram convertidos em mútuos. Os contratos de mútuo são remunerados pela variação do CDI + 1% a.m. O total de juros reconhecido em dezembro de 2018 foi de R\$ 90 mil (R\$ 87 mil em dezembro de 2017).
- (e) O contrato de locação não residencial realizado com pessoa jurídica relacionada em janeiro de 2014 tem prazo de 30 meses e é atualizado anualmente pelo INPC.

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às necessidades quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à captação de recursos necessários para a manutenção do capital de giro e o suprimento do seu plano de investimentos.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras), do saldo a receber de clientes e do passivo circulante aproxima-se do saldo contábil em razão de o vencimento ocorrer em data próxima à do balanço. O saldo dos financiamentos é atualizado monetariamente com base em taxas de juros variáveis, em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor existente na data do balanço está próximo ao valor de mercado.

Gerenciamento de risco

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, riscos de liquidez, riscos de mercado e riscos relacionados à Companhia e suas operações.

Gerenciamento dos riscos de crédito

A exposição aos riscos de crédito pode fazer a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A mitigação desses riscos ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de clientes, ações de cobrança e corte no fornecimento de novos produtos. Em caso de perdas com créditos de liquidação duvidosa, são constituídas provisões em montantes considerados suficientes pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com a realização.

A Companhia não divulga os cronogramas para instrumentos financeiros derivativos passivos por não ter esse tipo de instrumento reconhecido nas demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos na variação do dólar e CDI, aos quais a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2018, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% a 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação à exposição líquida em moeda

estrangeira (fornecedores internacionais) e possíveis alterações de 25% e 50% sobre a taxa do CDI em virtude à exposição dos empréstimos e financiamentos.

Fornecedores Internacionais

Controladora

Operação	Risco	Cenário I (atual) ganho (perda) no resultado	Cenário II Aumento do dólar de 25%	Cenário III Aumento do dólar de 50%
Fornecedores	Variação cambial	-690	-2.302	-4.604

Consolidado

Operação	Risco	Cenário I (atual) ganho (perda) no resultado	Cenário II Aumento do dólar de 25%	Cenário III Aumento do dólar de 50%
Fornecedores	Variação cambial	-1.263	-2.420	-4.841

Empréstimos

	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/18
Saldo Empréstimo - nota 12	4.103	12.219
Perda estimada no resultado financeiro com aumento CDI:		
Aumento de 25% do CDI	58	174
Aumento de 50% do CDI	70	209

25. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos diretores estatutários da Companhia está composta por remuneração fixa, que inclui ordenados, salários e contribuições para a seguridade social. No exercício findo em 31/12/18 a remuneração total foi de R\$ 258 mil (R\$ 251 mil no exercício de 2017).

Durante os exercícios de 2018 e 2017 não houve remuneração vinculada a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

26. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia possui apólices de seguros para cobertura de riscos patrimoniais e de veículos com a Itaú Seguros S.A. Os montantes foram considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria anual, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

27. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório dos auditores independentes (JPPS Auditores Independentes S/S), emitido em 18/03/2019 e com as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ricardo Lessa Pansa

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Aureliano Francisco de Oliveira

Contador CRC SP – 116.588/O-4